

ECONOMIA E IGNORÂNCIA

NOTAS PRÉVIAS SOBRE UMA DISCIPLINA AGÔNICA *

Wanderley Guilherme dos Santos **

Durante as duas décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, os países membros da OECD, acrescidos dos Estados Unidos, do Japão e do Canadá, experimentaram a feliz concomitância de elevadas taxas de crescimento econômico e reduzidas taxas de desemprego e de inflação. Em contraponto, várias economias periféricas, entre as quais a do Brasil, foram estimuladas a crescer, mantendo-se também a taxa de variação dos preços ao consumidor em patamares toleráveis. A Década dos Setenta e os primeiros anos da dos Oitenta, porém, trouxeram a tempestade depois da bonança. Todos aqueles países, sem exceção, sofreram desaceleração na taxa de acumulação e simultâneo aumento nos níveis de desemprego; com a única exceção do Japão, também se defrontaram com substancial incremento nas respectivas taxas de inflação. Mais uma vez, as economias periféricas se alinharam ao “comando” das centrais, ingressando em período francamente recessivo, associado a evidente descontrole inflacionário (no final do artigo o leitor encontrará tabelas relevantes e gráficos ilustrativos).¹

A trajetória da abundância à escassez relativa não foi, é claro, homogênea. Existiram diferenças nacionais significativas, assim como diferenças nas respostas de cada país à crise dos Setenta. Estudiosos inclinados à análise estatística testam associações que identifiquem as razões dessas diferenças - e alguns com razoável sucesso.² Por exemplo, parece bem estabelecido que países de governo mais à esquerda resistiram melhor às pressões inflacionárias, quando con-

* Trabalho apresentado no Seminário Democratizing Economics: Discourse and Praxis, promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 26 a 28 de julho de 1988. In: SOLA, Maria de Lourdes, SINGER, Paul, DEBERT, Guita, (org.) Economia: Paixão e retórica. São Paulo: Companhia das Letras (no prelo).

** Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1. Por se tratar de material ilustrativo, e estar fora do foco deste trabalho, não comentarei os gráficos relativos ao Brasil. Chamo a atenção do leitor, todavia, para o fato de que, além de apoiarem a hipótese de uma coordenação temporal entre a recente crise das economias avançadas e a nossa, os dados sugerem uma relação inversa entre inflação e crescimento econômico.
2. Possivelmente o mais bem sucedido estudo, e com certeza um dos mais tecnicamente cuidados, é o de CAMERON (1984).

taram com apoio de um movimento operário centralmente organizado e disciplinado.³

Sem embargo da plausibilidade das hipóteses sobre as razões das diferenças, as investigações estatísticas são mudas quanto às **razões das razões**. Isto é, ignora-se porque governos à esquerda em cooperação (ou cumplicidade) com movimentos sindicais centralizados administram melhor a inflação (e a contenção de salários) do que outros governos. Antes de que se imagine que a pergunta é superafetada recorde que os resultados obtidos apontam para a existência estatística de dois círculos, um perverso e outro benéfico. O círculo perverso é este: em períodos recessivos, desemprego está associado a militância sindical (greve), a qual está associada a ganhos salariais reais, os quais estimulam a inflação, de onde se segue aumento de desemprego, e outra volta no parafuso. O círculo benéfico descreve uma inflação cadente, *ergo* menos desemprego e, pois, menos militância, de onde obtém-se contenção salarial, inflação ainda menor, mais emprego, e tudo recomeça.⁴ Como se vê, a questão consiste em saber como se interrompe o círculo perverso e se inaugura o benéfico. Entretanto, dado que o estudo foi realizado *across nations*, muito embora a retórica de apresentação sugira seqüência temporal, a pergunta não pode ser respondida. É apropriado, em consequência, afirmar-se que a estatística é silenciosa quanto às razões das razões.

Se a estatística pode ser metaforicamente afásica, os cientistas sociais, ao contrário, são literalmente loquazes. Assim, é provável que a maioria dos economistas acredite que a transformação do círculo perverso em benéfico dependa de oportuna formulação de adequada política econômica. Em outras palavras, conhecimento mais decisão revelariam o segredo das associações encontradas, senão o próprio sentido da história.⁵ Desafortunadamente, a crise iniciada nos Anos Setenta não desestabilizou apenas os processos de produção material e as relações entre os agentes econômicos (valha o jargão); ela desestruturou o próprio sistema de representações que lhes dava inteligibilidade - as teorias econômicas. Ao contrário do que suporia um economista típico - conhecimento mais decisão oportuna igual a sucesso -, "diferentes políticas econômicas para remediar a situação foram tentadas em diferentes países, e em diferentes momentos no mesmo país,

3. A literatura sobre este tópico já é volumosa. Alguns autores têm opinião oposta à que mencionei no texto e serão oportunamente referidos. De acordo com a tese, entre outros, estão CAMERON (1984), SCHOTT (1984), HIBBS (1987).

4. Os resultados estatísticos que sustentam as associações encontram-se em CAMERON (1984), p. 152-160.

5. A afirmação corre o risco de parecer exagerada. Economistas raramente explicitam a crença de que detêm o código que permitiria decifrar o segredo da história. Mas é essa recôndita esperança que transporece, não obstante declarações em contrário, em HICKS (1969).

mas a continuada frustração com a política econômica, e com as teorias que a sustenta, permanece na mente de todos, à exceção dos economistas mais dogmáticos”.⁶ De onde se segue que, ou bem se afirma que essa frustração resulta de generalizada e persistente incompetência, ou bem se admite que a crise tem raízes no próprio paradigma do conhecimento econômico.⁷ Optando pela segunda alternativa, convém esclarecer o que me parece constituir um dos principais núcleos do problema.

1. O PAPEL DA IGNORÂNCIA NA VIDA SOCIAL

Deve-se à escola “austríaca” a insistência na centralidade do problema do conhecimento em qualquer teoria social, em particular se se interpreta caridosamente o comportamento dos atores como sendo aproximadamente racional. O justamente célebre ensaio de F. Hayek *The uses of knowledge in society* exemplifica essa preocupação, e o título acima não deve ser entendido como paródia irônica. Antes, pretendo tratar da mesma questão, por outro ângulo, e concluir pela defesa de duas hipóteses: a) a de que a insuficiência de conhecimento (ignorância) é condição necessária para mudanças sociais endógenas; e b) a de que toda teoria social está comprometida com um corpo de metáforas e alegorias que escapam à demonstração científica canônica.⁸

Considere, de início, a figura abaixo:

s ----- > o

A relação cognitiva requer, minimamente, alguém que conhece, o sujeito do conhecimento (s), e algo que é conhecido, o objeto do conhecimento (o). Em matéria social, o objeto do conhecimento (o) é caracteristicamente singular porque se trata de um outro s, isto é, de um segundo sujeito do conhecimento. A figura apropriada, portanto, seria a seguinte:

s/o < ----- > s/o

6. SCHOTT (1984), p. 3.

7. Ao contrário, talvez, do que o leitor esperaria, não estou usando a palavra “paradigma” no sentido de KHUN (1970), porque ainda não fui persuadido de que o problema da “comensurabilidade” entre discursos científicos diversos seja insolúvel. Uso a palavra em seu sentido dicionarizável de “modelo”, “ideal”.

8. O artigo de HAYEK (1948b) é originalmente de 1945.

Ou seja, em matéria social o sujeito é, ao mesmo tempo, objeto cognitivo de outro sujeito, eventualmente daquele que é o seu próprio objeto cognitivo. Generalizando, a relação cognitiva em matéria social implica em tomar como objeto do conhecimento as relações que se dão entre diversos agentes, sendo cada um deles simultaneamente sujeito e objeto de conhecimento. Em conseqüência, quando cada membro dessa coletividade se encontra diante de uma situação de escolha, e desde que incorpore juízo sobre o comportamento dos demais, ele necessariamente decidirá com base no que conhece sobre os demais, enquanto objetos de comportamento relativamente regular, e, **presuntivamente**, com base no que supõe seja a idéia que os demais se fazem da situação, enquanto sujeitos autônomos de conhecimento. Neste sentido, o mundo social é, sem congestionamento, superpovoado por infinitos subjuntivos que poderiam ter sido, mas não foram, e dos quais jamais se saberá como teriam sido, se fossem.⁹

Até aqui nada insuspeitado, pois esta é a costumeira formulação pós-kantiana do problema do conhecimento social, de Rickert e Dilthey a Weber. Um teórico da sociedade, um economista por exemplo, o que ambiciona é constituir-se em privilegiado **S** maiúsculo, tendo por objeto a miríade de relações reciprocamente espelhadas entretidas por inúmeros pares, triplos e múltiplos **esse-o-esses**. Kantianamente (pós), esse teórico não deixaria de indagar **se e como** tal conhecimento é possível, e se existe alguma diferença relevante entre o conhecimento de cada **s** minúsculo em particular e o conhecimento pretendido por ele, **S**. Para um teórico não-kantiano, melhor dizendo, positivista, o conhecimento é possível, só restando como problemáticos e virtuais áreas de aperfeiçoamento o método de adquirir informação confiável e as técnicas de previsão. Ao longo desta última frase, e de acordo com a epistemologia positivista, identifiquei informação a conhecimento. Todavia, nem todo economista, ou teórico social, necessita ser explicitamente positivista à la Friedman ou Samuelson para conceber-se na posição de um privilegiado **S** e, portanto, subscrever a tese que vou expor a seguir. Basta que entenda a economia como uma ciência estritamente preditiva para estar exposto às questões subseqüentes aqui suscitadas.¹⁰

9. "Those experiences that 'might have been' will be recognized as his (o decisor no mercado) own losses". BUCHANAN (1978). Nesta monografia Buchanan persegue todas as implicações das diferenças epistemológicas entre o positivismo neoclássico e o "evolucionarismo" da "escola austríaca", particularmente em relação ao cálculo maximizador.

10. Em realidade, basta que compartilhe do conjunto básico de metáforas e alegorias da ciência econômica. Tal seria o caso de BUCHANAN (1978), que se opõe à concepção preditiva da economia. Buchanan opõe-se tanto ao positivismo corrente, quanto ao evolucionarismo de Hayek, assumindo uma postura francamente racional-construtivista. Por exemplo: "(...) the contractarian construction itself is used retrospectively in a metaphorically legitimizing rather than in a historical sense". In: BUCHANAN, BRENNAN (1985). Ainda assim, Buchanan não escapa do homo economicus. Recente e excelente monografia sobre a emergência e final hegemonia do positivismo na ciência econômica encontra-se em CALDWELL (1982).

O economista, assim como o tomador de decisões no modelo dele, economista, é um maximizador e, pois, um equilibrista marginal (sem desrespeito). Assim sendo, e assumindo que o acréscimo na probabilidade de sua teoria gerar previsões verdadeiras seja uma função positiva da quantidade de informação confiável (conhecimento) obtida, maximizar a probabilidade de uma teoria implica na ampliação do estoque de informações que a alimenta. Admite-se, porém, que é impossível alcançar-se probabilidade absoluta - isto é, que a probabilidade de que a teoria seja verdadeira venha ser igual a um -, e admite-se que adquirir informação envolve custos, digamos que uniformes. Naturalmente, deduz-se que a partir de certo ponto de equilíbrio cada incremento de informação acarretará custos julgados em excesso, comparativamente ao aperfeiçoamento marginal da teoria. E o autor de quem tomei o exemplo emprestado comenta: “Economistas poderiam argumentar que ainda que fosse possível proceder a raciocínios indutivos, poderia ser antieconômico fazê-lo”.¹¹

Segundo o realismo positivista, explícito ou implícito, a ignorância é racional. Por pouco familiar que a afirmação se apresente, creio que se segue implacavelmente da definição econômica de “racionalidade” e do *trade-off* marginal entre custos de informação e benefícios teóricos. A ignorância é inevitável, sem dúvida, e até produz resultados positivos, mas isto se dá independente de qualquer cálculo “racional” - na verdade, a ignorância está na origem, ao mesmo tempo em que é um dos mais espetaculares resultados de sofisticados cálculos racionais. Viver em ignorância é condição ontológica, mas optar pela ignorância é perversão epistemológica.¹²

Só é possível escapar da regressão ao infinito embutida na situação de conhecimento, sem cair no relativismo absoluto, ou abraçar a causa da ignorância racional, se se começa pelo lugar próprio da ignorância. A regressão ao infinito que mencionei acima diz respeito à crítica a que seriam vulneráveis alguns dos autores que citei (e eu próprio), por se apresentarem como um S duplamente maiúsculo. Em outras palavras, assim como estilizei o economista como um sujeito S do conhecimento que teria como objeto as interações entre vários esses, as reservas suscitadas poderiam ser interpretadas como provenientes de um S ainda mais ambicioso que pretendesse ter como objeto a relação de conhecimento entre o primeiro S e os diversos esses. O crítico se auto-identificaria desse modo como uma

11. BOLLAND (1969), p. 1.

12. A análise política também já foi brindada com similares ignorâncias sábias. Veja DOWNS (1957), onde se sustenta, com as mesmas premissas e o mesmo aparato analítico, que é racional, para o eleitor, não votar. Aos poucos, portanto, a sofisticação marginalista vai criando um mundo no qual o cientista não sabe, o eleitor não vota etc. Aguarda-se o momento em que os economistas não tratarão mais da economia.

espécie de **meta-S**. Nesse caso, porque não seria válido admitir a hipótese de um **meta-meta-S** que teria como objeto as relações entre o **meta-S** e o complexo **S-esses**, e assim regressivamente?

A armadilha da regressão ao infinito decorre da suposição de **Ss** privilegiados e hierarquizados, concepção que exige a existência de um objeto de conhecimento de estrita transcendência ao sujeito e que, em princípio, pode ser conceitualmente dissolvido por inteiro. Exemplificando: logo ao início de sua teoria da história econômica, Hicks afirma: “Estamos destinados a encontrar, quando voltamos ao passado, que os aspectos econômicos da vida são menos diferenciados dos outros aspectos do que são hoje. A história econômica é freqüentemente apresentada, e corretamente, como um processo de especialização: mas a especialização não se dá apenas entre atividades econômicas, ela é também uma especialização das atividades econômicas (daquilo que está se tornando atividade econômica) de outro tipo de atividades”.¹³ É esse econômico enquanto tal, mais tarde ficcionalizado como “sistema econômico”, que se converterá em objeto transcendente e disponível à dissolução conceitual - exercício repetido em todos os manuais. Um **S** será tanto mais maiúsculo quanto com maior probabilidade for ele capaz de desarmar e armar esse objeto, a ele incorporando o maior número possível de **esses** minúsculos, semiminúsculos e maiúsculos. Até, naturalmente, o advento de um **S** ainda mais monumental. A estrita objetividade do saber é coextensiva à hierarquia deste.

A relação cognitiva sujeito-objeto é, todavia, algo mais complexa. Em reflexão anterior concluí que, em matéria de conhecimento social, “o número de questões por resolver cresce em razão mais do que proporcional ao número de questões aparentemente esclarecidas”.¹⁴ Uma consequência imediata da tese é a de que o avanço do conhecimento gera, por ele próprio, maior consciência do que se desconhece. Expresso ao gosto dos dialetas, o progresso do conhecimento se dá *paripassu*, pelo lado da negação, ao progresso da ignorância.

Mas esta é a ignorância radical, que tem como sujeito, dela e do conhecimento, a humanidade, a coletividade humana em qualquer momento de sua história. Mais significativa aqui é a ignorância relativa de cada ser humano em particular diante do acúmulo de saber da humanidade em geral. Com efeito, se a extensão do que se desconhece aumenta exponencialmente em função do que se passa a conhecer, tomando a humanidade como sujeito do conhecimento, a divergência entre o acúmulo individual e coletivo de conhecimento é simplesmente abissal.

13. HICKS (1969), p. 1.

14. Uma consequência imediata da tese é a de SANTOS (1988a), p. 11.

Quanto mais complexo e extenso é o conhecimento absoluto da humanidade, maior é a ignorância relativa do indivíduo - esta é a condição ontológica do ser social, que só tende a se aprofundar, *ceteris paribus*, com a evolução mesma do conhecimento. O único remédio para a moléstia, produzir (adquirir) mais conhecimento, torna-a ainda mais aguda, exigindo doses mais elevadas de medicamento que... *ceteris paribus*, o futuro é vertiginoso. *Ceteris paribus*.

Foi mérito da escola “austríaca” haver recuperado o tema da condição de indigência epistemológica do ser humano enquanto agente social, inclusive como teórico da sociedade. Recentemente, discípulo da escola sugeriu elegante comparação entre nossos semelhantes contemporâneos e nossos semelhantes primitivos e revelou o nelsonrodrigueano óbvio: nós e nossos contemporâneos somos incomparavelmente mais ignorantes do que nossos antepassados, face ao estoque de saber disponível. Seu esquema explicativo remete ao processo de divisão social do conhecimento que, sendo um mecanismo economizador e, valha, racionalizador de investimento, cobra, em bom cálculo utilitarista, taxas crescentes de dependência social. A possibilidade de que alguém não esteja obrigado a se informar sobre a eletrônica encapsulada em eletrodomésticos, ou sobre a química dos neurônios objetivada em tranquilizantes, só está garantida enquanto cada qual se ajustar à figura de incapaz existencial. A ironia contida no alegórico Robinson Crusoe, familiar nos manuais de economia (e não apenas nos manuais), consiste precisamente em que o sistema econômico-social contemporâneo, ecologia letal, extinguiu a espécie. Ao contrário de nossos antepassados, parques em interdependência e exuberantes em auto-suficiência, nossos contemporâneos intercambiam a miséria de sua ignorância relativa, conquanto gigantesca, pela subserviência ao preço dos serviços do próximo.¹⁵

Embora não manifesta, que me recorde, a reflexão “austríaca” sobre o purgatório da humanidade dissemina subliminar melancolia nostálgica. Hayek, pelo menos, estaria talvez inclinado a uma experiência faustiana que lhe permitisse compreender como um indivíduo adquire fragmentos de conhecimento verdadeiro e, por aí, explicar como a economia muda ao longo do tempo.¹⁶

Ínsita a esta esperança nostálgica está a pressuposição de que a taxa de mudança social, em particular da economia, é função sorrateira do conhecimento comprovado de agentes sociais individualizados. Ora, se a ignorância individual cresce relativamente ao conhecimento da humanidade, quanto mais complexa a

15. SOWELL (1980). O autor retoma a discussão “austríaca” do papel do conhecimento e faz um paralelo com os “primitivos”. Não é todavia responsável pelas inferências que faço a partir do mesmo problema.

16. HAYEK (1948a, 1949b), BOLAND (1982b).

economia, maior a interdependência e menor a extensão do conhecimento verdadeiro (supondo, aliás, que a existência deste seja incontroversa). A ignorância, entretanto, não é um vazio, mas continuamente preenchida por crenças e expectativas. Por isso, como nota Sowell, dependendo da arena de decisão, há de variar a taxa de conhecimento relativamente à quantidade de crenças.¹⁷ Com toda verossimilhança, nenhum aspecto da vida social é simples, entre eles o “aspecto” econômico, de onde se segue que a taxa de mudança social, em particular da economia, não decorre da quantidade de conhecimento verdadeiro apropriada pelos indivíduos. De fato, se existe escolha social e, **como resultado não esperado**, mudança, é justamente porque o estoque de conhecimento disponível é desigualmente distribuído e individualmente irrisório. Sem ofensa, só há mudança porque há ignorância.

Assuma o leitor uma sociedade de interações múltiplas e acentuada interdependência, ou seja, uma sociedade em que prevalecem extensa divisão social do trabalho e extensa divisão individual do conhecimento - nossa sociedade. Assuma, agora, que todos os agentes sociais possuem informação completa e perfeita e que cada um deles defronte, **pelo menos**, dois cursos de ação alternativos face ao comportamento dos demais. Esta é uma sociedade idealmente hayekiana, por suposto, e nenhum de seus membros sofre a angústia da ignorância, nem certamente jamais ouviu falar no problema da indução. Simplificadamente, suponha-se três atores interdependentes: X (cursos de ação A e B), Y (cursos de ação C e D) e Z (cursos de ação E e F). Tratando-se de uma sociedade translúcida todos são capazes de antecipar o que os demais irão fazer em resposta ao comportamento de cada um. **Por isso mesmo**, esta é uma sociedade parálitica, incapaz de mudança e condenada à extinção, toda vez que: X só fará A se Y fizer C; Y fará C se Z fizer E; mas Z só fará E se X fizer B; se X faz A, então Z faz F, Y faz D e X faz B; mas, se X faz B, então Z faz E e Y faz C; mas, então, X faz A, Z faz F e Y faz D, de onde, novamente, X faz B, Z faz E, Y faz C, X faz A, e assim indefinidamente sem que ninguém, de fato, faça coisa alguma.

Imediata objeção a este cenário é a de que só por insondável coincidência uma sociedade seria dotada de semelhante estrutura de interdependências. Por mais contra-intuitivo que pareça, sugiro que o reverso é que é o caso. Somente em duas circunstâncias uma sociedade em que cada membro dispusesse de todo conhecimento não seria levada à implosão pela paralisia. A primeira refere-se a uma sociedade altamente interdependente e de elevado número de interações múltiplas, mas na qual exista perfeita reciprocidade de interesses e compatibilidade de comportamentos entre todos os seus membros. Nesta

17. SOWELL (1980), p. 9.

circunstância, os atores sociais conhecem a agenda de preferências uns dos outros e suas respectivas prioridades são complementares, inclusive quanto aos planos de futuro de cada uma. A cooperação social é, claro, automática. Até evidência em contrário, todavia, esta é uma sociedade utópica.

A segunda possibilidade remete a uma sociedade em que os interesses são potencialmente conflitivos, mas na qual o número de interações é reduzido e o grau de interdependência social é extremamente baixo, dados o estágio rudimentar da divisão social do trabalho e o **grau zero da divisão individual do conhecimento**. O não preenchimento de expectativas de comportamento, neste caso, não ocasiona paralisia na medida em que qualquer membro da coletividade pode mobilizar o mesmo estoque de habilidades e conhecimento dos demais para atender a seus próprios interesses. A contrapartida de quase completa autonomia do indivíduo em relação à comunidade - no que concerne estritamente à dimensão cognitiva - consiste na smithniana ausência de dinamismo que caracteriza insuficiente divisão social do trabalho, inclusive do trabalho intelectual. Em outras palavras, sociedades de reduzida interdependência não explodem (apesar dos conflitos latentes), nem implodem (apesar da transparência), mas não mudam, senão talvez multiseccularmente, por efeito de acasos darwinianos ou por impactos exógenos.¹⁸ Tal parece ser o caso, conforme a evidência antropológica, das sociedades primitivas, que preenchem os requisitos da alternativa aqui considerada: zero grau de divisão individual do conhecimento (excluído o conhecimento shamanístico e similares), escassa interdependência material e ausência de mudança social, exceto se introduzida de fora. Por outro lado, a incerteza contrabandeada para o interior das sociedades primitivas provoca, onde possível, a revivescência e reforço do modelo de inércia societal anterior.¹⁹

Se existe elevada interdependência material, e se o grau de divisão social do conhecimento é zero, então a sociedade só não implodirá, inerte, em paralisia distinta daquela prefigurada por Jean Beaudrillard em *A l'ombre des majorités silencieuses ou la fin du social*,²⁰ se a vasta maioria dos interesses em presença forem complementares. Ora, sabe-se que as sociedades contemporâneas

18. Esquecendo a reação que as toscas hipóteses da "sociobiologia" justamente provocaram, é urgente considerar a fertilização que a perspectiva evolucionária mais sofisticada, com base em uma psicologia materialista e/ou uma biologia complexa, pode trazer às disciplinas sociais, HUGHES (1988), PARIJS (1981).

19. Para uma complexa e surpreendente defesa da hipótese de que os primitivos não possuíam (possuem) consciência (subjetividade), e que esta emerge como uma ruptura na história cultural da humanidade, não como resultado de uma evolução animal, ver JAYNES (1976). Exemplo de cuidadoso estudo das transformações provocadas por impactos exógenos (colonização), e de defesa regressiva de comunidades primitivas, encontra-se em GREGORY (1982).

20. BEAUDRILLARD (1978).

são altamente interdependentes, e também que, contrariamente às teorias do consenso normativo como sustentáculo da integração societal, o conflito de interesses é, pelo menos, tão disseminado quanto a solidariedade. Então, se não é freqüente o espetáculo de sociedades hemiplégicas é porque existe elevado grau de divisão individual do conhecimento, do qual se infere cumulativa divergência entre o conhecimento agregado da humanidade e o conhecimento apropriado pelos indivíduos, evidência da ignorância exponencial de cada um. Em conseqüência, cria-se uma segunda dependência de uns em relação aos outros, surge o imperativo iniludível da escolha, da qual se seguem os resultados não antecipados e a mudança. O papel da ignorância na vida social, portanto, é o de possibilitar contínua mudança, inclusive dos próprios parâmetros que de certa maneira modelam, balizando hobsesianamente, o evoluir da sociedade. *Ceteris paribus*?

Nada impede que se recorte arbitrariamente um segmento qualquer da realidade, ou que se agrupe um conjunto de itens disparatados e heterogêneos, que se lhes dê um nome, e que se passe a estudar esse conjunto confuso como se fundado objeto de conhecimento fosse. O recurso que garante a legitimidade epistemológica da empresa é a especificação precisa da cláusula *ceteris paribus*. Quando um segmento da realidade é isolado do resto, supõe-se que todos os aspectos **relevantes** para o entendimento daquele segmento foram a ele incorporados, mas **não** se supõe que os demais aspectos da realidade, não incorporados enquanto objeto de investigação, não venham **aleatoriamente** a interferir nas condições de existência do segmento recortado. A um distúrbio aleatório do resto do mundo poderá ou não corresponder um distúrbio aleatório - isto é, não sistemático, imprevisível e de valor desconhecido *ex-ante* - no segmento recortado. Mas se, contrariamente, as condições do resto do mundo permanecem as mesmas (*ceteris paribus*), então os juízos formulados sobre o segmento recortado ou bem se verificam, ou bem são falsos. Para decidir sobre uma ou outra coisa, entretanto, é necessário que a cláusula *ceteris paribus* seja especificada, a saber, que se discriminem as variáveis do resto do mundo que não são relevantes para o entendimento científico do segmento recortado, **desde que permaneçam com os mesmos valores, isto é, paribus**. Quando tal especificação não ocorre, é sempre possível, diante de evidências contrárias às hipóteses, afirmar-se que estas não são propriamente falsas: as condições do mundo é que se revelaram *imparibus*.²¹

A ficção de que atividades tipicamente “econômicas” emergiram naturalmente da evolução social e converteram-se em “sistema” exigiu a imposição de vastíssima cláusula *ceteris paribus* ao resto do mundo social. Sob a mesma inspiração, construtos semelhantes foram fabricados em relação à política

21. Discussão minuciosa e arguta deste problema encontra-se em HOLLIS, NELL (1975), esp. cap. 2.

e à sociedade. É inegável que a cirurgia conceitual propiciou avanços significativos em áreas bem localizadas de cada um dos três “sistemas”: o sistema econômico, o sistema social, o sistema político. Mas, e este é um dos sentidos em que se afirma que o paradigma da ciência econômica, como o das demais, está em crise, o progresso mesmo do conhecimento, e a evolução do próprio objeto, alteraram as bases que sustentavam a útil ficção, falsificando sistematicamente a cláusula *ceteris paribus*. À definição convencional do objeto de conhecimento econômico, singularizado tal como até a primeira metade deste século, não corresponde mais nada na ordem mundana. Por isso, a perplexidade gerada pela opacidade da crise dos Setenta impulsionou o estudo das condições, *imparibus*, porém não aleatórias, nas quais o afazer humano se dá.

2. CETERIS IMPARIBUS

Uma drástica alteração afetou as condições institucionais em que se desenvolvem os conflitos distributivos. De acordo com a tradicional doutrina pluralista, o funcionamento bem comportado da ordem social abrangente dependeria da livre mobilização e organização de grupos de interesses, os quais, sendo constituídos por indivíduos de múltiplas afiliações e lealdades, estabeleceriam naturalmente os limites do conflito intra-sociedade e manteriam o governo sob permanente vigilância à distância. Recentes investigações, contudo, revelaram que nem a formação de associações e de grupos de interesse é tão garantida, mesmo na ausência de impedimentos legais ou institucionais, nem os efeitos da ação desses grupos e associações, uma vez formados, são necessariamente positivos para o desenvolvimento social. Ao contrário, existem fundados temores de que a “democracia organizacional” (a expressão é de Robert Dahl) venha a reivindicar a intuição de Michels de que existe insanável incompatibilidade entre democracia e organização.²²

O mais espetacular ataque à doutrina pluralista foi executado por Mancur Olson em *The logic of collective action*.²³ O problema que aí se coloca é o da dificuldade de que grupos de interesse comum se organizem, precisamente porque o interesse é comum. Identificando o interesse comum a bens públicos, entre cujas características encontra-se a da não-excludabilidade, ou seja, a de que nenhum membro da comunidade relevante pode ser impedido de consumir o bem, uma vez produzido, ainda que não tenha contribuído para sua produção, Olson argumenta que nenhum membro potencial de um grupo de interesse participará voluntaria-

22. As condições sociológicas e políticas sob as quais a tese micheliana é altamente plausível são discutidas em SANTOS (1978c).

23. OLSON (1965).

mente do esforço de promover esse interesse, dada a expectativa de se tornar um *free-rider* (carona). Admitindo que o cálculo egoísta e maximizador é tão bem distribuído quanto o bom senso cartesiano, não é difícil concluir que a associação não se constituirá, se o grupo de interessados for suficientemente grande, e na ausência de coação ou de incentivos seletivos.

A problemática olsoniana é genuína, não obstante a controvérsia gerada pela solução que sugere pagamento de benefícios laterais àqueles que se juntarem à organização ou, então, coação.²⁴ Mais controversa ainda é a série de implicações que veio a derivar da teoria, uma vez reconhecido o fato de que, não obstante o problema inicial, as organizações e associações se criam e passam efetivamente a advogar interesses sociais segmentados. Nas sociedades contemporâneas, organizacionalmente plurais, as associações de grupos de interesses, sustenta Olson, reduzem a eficiência e a renda agregada, tornam a vida política mais divisiva, aumentam a complexidade da regulação e o papel do governo, ademais de alterar a direção da evolução social.²⁵ É certo que as teses recentes de Olson estão sujeitas a sérias objeções,²⁶ mas, outra vez, a problemática é genuína: as transformações institucionais que ordenam a competição social e econômica condenam liminarmente ao fracasso qualquer concepção ou teoria que tenham por “objeto” agregados cujos elementos últimos sejam indivíduos isolados.

Certamente a tese de que a competição nas sociedades contemporâneas se dá entre organizações, às vezes gigantescas, antes de que entre indivíduos ou pequenos grupos é mais adequada e equilibrada do que aquela que considera que a única transformação relevante, neste particular, ocorreu no lado operário da sociedade. Schott, por exemplo, escreve que, pela “primeira vez nos países desenvolvidos, uma crise econômica está associada a uma situação social e política na qual a classe trabalhadora tem mais recursos de poder sob seu comando do que em qualquer outro período anterior. Durante os Anos 50 e 60 a força dessa classe trabalhadora coincidiu com uma economia bem sucedida e nos períodos de crise econômica da história pretérita a força de trabalho não era tão forte. Daí que a conjugação de crise econômica e poderosa força de trabalho é sem precedente”.²⁷ A bibliografia do volume de Schott inclui itens como Bachrach e

24. A literatura sobre bens públicos e ação coletiva é enorme e crescente. Excelente exposição do problema e discussão da literatura encontram-se em HARDIN (1982). A solução do autor para o problema é apresentado em SANTOS [s.d.].

25. Esta é somente uma amostra das teses que se encontram em OLSON (1982).

26. O seminário que reuniu um grupo de economistas para debater exclusivamente a teoria olsoniana sobre a ascensão e queda das nações revelou-se inconclusivo. Alguns mostraram-se céticos, outros entusiasmados, e ainda terceiros indecisos. MUELLER (1983).

27. SCHOTT (1984), p. 3.

Baratz, *The two faces of power*; Thomas Borcharding (ed.), *Budgets and bureaucrats*, Buchanan e Wagner, *Democracy in deficit*; Bruno Frey, *Modern political economy*, e Schmitter e Lehmbruch (eds.), *Trends towards corporatist intermediation*, além de muitos outros. Espanta, pois, que pareça desconhecer que a transformação institucional diagnosticada atingiu não apenas a força de trabalho mas as associações capitalistas [Schmitter, por exemplo, editou recentemente um volume sobre os “pigs” - *Private interests government* - (destaque do autor)] e a burocracia. Os autores nostálgicos de um pluralismo organizacional compatível com o individualismo nos mercados econômico e político - por exemplo, Stigler e Wilson - não deixam de revelar, em suas análises do papel perverso da intervenção regulatória do Estado, que os interesses privados acabam por prevalecer, em cumplicidade com os burocratas, em detrimento do interesse público.²⁸

Recentes dificuldades não podem ser atribuídas, estrita ou principalmente, a erros ou irracionalidades dos atores econômicos, como as análises de Goldthorpe e Crouch persuasivamente revelam,²⁹ mas às transformações institucionais regulatórias do conflito distributivo. Essas transformações - basicamente o surgimento de segmentos **organizados** como atores políticos relevantes e a supremacia do **comportamento** sindical (de todos os tipos de sindicato) maximizador e divisivo, sob uma retórica ideológica de solidariedade - provocaram, em primeiro lugar, a prática extinção do **indivíduo** como unidade relevante de ação e de análise, algo que Schott admite,³⁰ e a generalização do modelo organizacional como forma de interação política. O crescimento organizacional verificou-se tanto do lado do trabalho, quanto do lado do capital, tornando a competição econômico-social muito mais complexa. Análises que se atenham somente a um dos lados, mesmo quando brilhantes, serão sempre unilaterais e insuficientes. A ferocidade maximizante do conflito distributivo, liderado por poderosas organizações, produz surpreendentes coalizões distributivas, desarmando por igual a conservadores e progressistas.³¹

Samuel Brittan, por exemplo, em sua insistência unilateral em tomar os sindicatos operários como a fonte dos distúrbios econômicos (como se apenas os sindicatos operários fossem os egoístas maximizadores da teoria econômica), e Pizzorno que, ao contrário, imagina que os capitalistas são maximizadores, enquanto os operários estariam em busca de identidade via solidariedade, terão sempre

28. STIGLER (1971), WILSON (1974).

29. GOLDTHORPE (1978), CROUCH (1978), GOLDTHORPE (1987).

30. SCHOTT (1984), cap. 9.

31. Exemplo de análise brilhante e unilateral é o sempre citado artigo de BRITTAN (1975); análise de coalizões distributivas poli-classistas encontra-se em MAIER (1978); evidência para o impacto das greves sobre a estratificação interna do movimento operário encontram-se em CAMERON (1984).

dificuldade em explicar como, variando o contexto institucional em que se dá o conflito distributivo, grupos de industriais em coalizão com grupos operários podem estar interessados, por exemplo, na manutenção de elevadíssimas taxas de inflação, ainda que à custa de massivo desemprego. Ou, quanto à solidariedade, em explicar que em países como Itália, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra, entre outros, nas duas décadas subseqüentes a 1964, os setores operários organizados utilizaram-se freqüentemente de greves para promover seus interesses econômicos de curto prazo, ao preço de acentuar o diferencial de salários entre eles e o dos setores não organizados.

A instauração acelerada da democracia organizacional, associada à gradual disseminação da ideologia do racionalismo maximizador, dissolveu o agente da teoria econômica - o indivíduo ou a firma - em uma unidade maior, dotada porém da mesma volúpia maximizante. O sucesso do projeto capitalista organizacional, porém, trouxe conseqüências inesperadas, entre elas a de que, para serem consistentemente maximizantes, os novos agentes não podem seguir as recomendações de política econômica. É certo que, como assinala brilhantemente Sen, afirmar que qualquer comportamento não maximizante seja irracional consiste em extraordinário (não justificado) salto conceitual.³² Mas a gravidade do período histórico consiste em que, ao contrário de períodos anteriores, em que ser maximizante era uma das formas possíveis de ser racional, contemporaneamente ser racional é a forma institucionalizada de ser maximizante.

Uma teoria que postula e reivindica o egoísmo maximizador para a **instauração** da racionalidade econômico-social agregada não está autorizada a dispensá-lo quando ele se converte em obstáculo à **restauração** (sair da crise) dessa mesma racionalidade.³³ Do ponto de vista individual, para dar um exemplo, é tão “racional” para um contribuinte votar a favor da elevação do nível de impostos, atendendo a uma recomendação de política econômica, quanto tentar evitar pagá-los,³⁴ assim como é igualmente “racional” para uma grande corporação industrial ser favorável a uma política antidéficit público e demandar créditos subsidiados. A democracia organizacional, utilitarista, quando se faz finalmente hegemônica, torna *imparibus* as condições que favoreciam a eficácia de sua própria teoria.

32. Ver SEN (1987), em particular a excelente primeira conferência *Economic behaviour and moral sentiments*.

33. SEN (1987), p. 16, sustenta que “(...) universal selfishness as a requirement of rationality is patently absurd”. Com certeza é conceitualmente absurdo, mas materialmente possível. A democracia organizacional consiste precisamente na institucionalização do egoísmo maximizador como condição de racionalidade.

34. O exemplo está em OLSON (1982), p. 22.

A segunda grande mudança a trazer dificuldades para a operação do sistema econômico, ficionalizado pela teoria, revela o mesmo padrão da anterior, a saber, o sucesso material de um projeto teórico-ideológico termina por ameaçar sua própria continuidade. Trata-se, agora, da instauração da democracia pluralista em sua dimensão de representatividade.

Em seus tempos primeiros a democracia liberal foi objeto de grande e estratégico debate. Estando em marcha o processo de institucionalização do sistema representativo, disputava-se sobre quais seriam as conexões mais apropriadas entre representantes e representados. Simplificadamente, duas posições extremas servem para esclarecer a matéria. De um lado, estavam aqueles que advogavam absoluta liberdade do representante para decidir como discutir e votar, no legislativo, ouvindo apenas sua consciência. Chamar-se-ia a esse mandato de “virtual”, posto que o representante não estaria obrigado antecipadamente a nada, podendo virtualmente tomar qualquer posição no Parlamento. De outro, os que propunham o mandato “imperativo”, exatamente o oposto do anterior. Isto é, o representante deveria estar ciente dos desejos dos seus eleitores e deveria comportar-se estritamente conforme (imperativamente) esses desejos.

A concepção embutida na tese do mandato virtual contemplava uma ordem política na qual, idealmente, as polêmicas parlamentares girassem estritamente em torno de visões diferentes do “bem comum”. Para isso serviria a política, para salvaguardar e promover o bem comum, e, por isso mesmo, a nenhum interesse particular, pessoal ou de grupos, cabia interferir nesse processo sob a forma de pressões ou petições. Contrariamente, supunham as correntes adversárias que o bem comum resultava dos interesses agregados de grupos particulares, ou era o denominador comum obtido após a depuração destes. Em qualquer caso, o bem comum seria transmitido ao representante pelos representados e o primeiro deveria submeter-se aos segundos.

Ao longo da história, e à medida em que o direito ao sufrágio se expandia, a concepção que favorecia o mandato virtual foi sendo derrotada pela visão mais democratizada das relações entre representantes e representados. A disputa não se resolveu no plano dos princípios, pela incorporação aos códigos constitucionais ou eleitorais da tese “imperativa”. Foi antes a institucionalização de uma prática de interação que, começando com a percepção de que as eleições significavam um julgamento, não sobre se o representante advogou com competência em favor da causa pública, mas sim se patrocinou com sucesso as causas privadas de seu eleitorado, passou posteriormente pela legitimação dos movimentos de pressão junto aos representantes, nos intervalos eleitorais, e veio a terminar na cristalização de uma cadeia de causalidades contingentes que associam a probabilidade de sucesso no subsequente contexto eleitoral à docilidade e eficácia com que os representantes atendem aos representados. A literatura de língua inglesa costuma

designar esta relação de *responsiveness* do corpo político em relação à sociedade e fazer da democracia uma função direta da *responsiveness*: uma sociedade será tanto mais democrática, quanto maior for a *responsiveness* de seu corpo político.

Garantida pela justificativa democrática, a *responsiveness* veio a significar, efetivamente, uma atenuação das barreiras entre a política e a sociedade, grupos desta ingressando a todo momento e sem obstáculos significativos na esfera legislativa, sob a forma de petições, demonstrações etc., a fim de resolver por via política, isto é, estatal, qualquer tipo de problema, mesmo aqueles que devessem ser resolvidos privadamente. De outro lado, os próprios políticos sentem-se estimulados a interferir na vida social, mesmo que não solicitados, desde que tal interferência aumente a probabilidade de sucesso em próxima eleição.

Do encontro destas duas curvas de “demanda” e “oferta” de legislação especial surge o ciclo eleitoral-econômico, gerando a prática de administrar a política econômica e a legislação social tendo em vista resultados eleitorais. “Popularidade” é um dos índices cuja variação desempenha papel determinante no comportamento do executivo e do legislativo, embora o sistema de causalidades que afetam a popularidade dos políticos seja complexo e ainda não de todo esclarecido.³⁵ Não há dúvida de que o ideal do século passado e princípios deste de tornar o governo quase que coextensivo à sociedade materializou-se de forma inédita. Entretanto, ao contrário de obter-se mais controle público do governo e mais equilíbrio na evolução da sociedade, o que se alcançou foi progressiva fragmentação e privatização das funções públicas e uma inflexão na temporalidade dos ciclos econômicos, tornando-os caudatários dos ciclos político-eleitorais de curto prazo. Outra vez, a materialização desmedida de um ideal dissolve o objeto da teoria que o gerou. O ideal de identificação de governo e sociedade, como **condição de controle público**, ao se realizar aproximadamente, inviabiliza o controle, pelo desaparecimento do Estado enquanto objeto de reflexão pública, e enquanto agente capaz de transcender responsabilmente os conflitos segmentados.

A crise econômica dos Anos Setenta e início dos Oitenta, e sua resistência a todo tipo de política recomendada, veio revelar muito sobre os problemas com os quais se defronta a humanidade. Em primeiro lugar, repetidos insucessos no tratamento da crise contemporânea permitem levantar suspeitas sobre o papel da ciência econômica na administração do sucesso anterior e posterior. Da mesma maneira que se é capaz hoje de identificar variáveis relevantes no processo econômico, não consideradas pela teoria, e que estimulam ou reduzem a crise, é bem possível que o sucesso do passado se deva **também** a ou-

35. SANTOS (1988b).

tras variáveis que não aquelas consideradas pelos economistas. Em outras palavras, os estados do mundo podem se suceder de maneira bem mais contingente do que o ambicionado naturalismo da ciência econômica admitiria,³⁶ com seu “obsessivo desejo de construir uma ciência determinística sobre um mundo indeterminado”.³⁷ Se este juízo vale para o passado, e se é verdade que as pretensas leis econômicas têm sido sistematicamente falsificadas, então é necessário considerar seriamente a hipótese de que “talvez a falta de leis econômicas conhecidas reflita um mundo econômico irregular e a ciência empírica da economia esteja condenada ao fracasso”.³⁸ Neste caso, é tempo de subtrair aos economistas o crédito de confiança que conquistaram no último século e meio, e o motivo seria: insubsistência de objeto.

O naturalismo da ciência econômica está agônico, entretanto, não apenas, nem principalmente, porque seu objeto - o sistema econômico e suas leis - nunca foi natural, mas sobretudo porque o objeto se dissolveu ao ser artificialmente institucionalizado e haver compelido metade do mundo a amoldar corações e mentes a seus imperativos. Neste particular sentido discordo de Sen quando afirma que a ciência econômica afastou-se da ética.³⁹ A ciência econômica nunca esteve tão próxima da ética quando seus principais postulados, ainda que rudimentares, ainda que “absurdos” como afirma Sen, transformaram-se entretanto na ética vitoriosa do mundo capitalista contemporâneo. A dinâmica do mundo é maximizadora e suas raízes remontam à ética hobbesiana. Por isso a disciplina parece sem ética, apenas espelho. Sua ética virou matéria e, por isso mesmo, também inviabilizou a teoria - um mundo materialmente (eticamente) maximizador é ingovernável por uma teoria que se apresenta como ciência, mas para a qual o ente maximizador só pode existir enquanto objeto de conhecimento econômico, mas não como sujeito real de ações sociais complexas. O *homo economicus* como ser social existe; a ciência agoniza.

36. HOLLIS, NELL (1975).

37. BALOGH (1982).

38. HOLLIS, NELL (1975), p. 11

39. SEN (1987)

A P Ê N D I C E

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DE NAÇÕES OCIDENTAIS, 1960-80

	% de Mudança no PIB Real		
	Média 1960-3	Média 1977-88	Diferença entre as Médias 1960-3 para 1977-80
Japão	11,4	5,0	- 6,4
França	6,0	2,7	- 3,3
Suíça	5,8	2,0	- 3,8
Itália	5,7	3,4	- 2,3
Canadá	5,5	2,3	- 3,2
Suécia	5,5	1,1	- 4,4
Dinamarca	5,5	1,4	- 4,1
Bélgica	5,4	1,9	- 3,5
Alemanha Ocidental	4,8	3,2	- 1,6
Austrália	4,8	2,4	- 2,4
Holanda	4,8	2,0	- 2,8
Áustria	4,7	3,5	- 1,2
Finlândia	4,7	3,8	- 0,9
Noruega	4,7	4,1	- 0,6
Irlanda	4,4	3,8	- 0,6
Estados Unidos	4,3	2,9	- 1,4
Reino-Unido	3,4	0,9	- 2,5

FORNE: SCHOTT (1984).

TABELA 2
 DESEMPREGO(*) EM DEZOITO NAÇÕES, 1965-82

	% Desempregados sobre o Total da Força de Trabalho			
	Média 1965-82	Média 1965-67	Média 1980-82	Crescimento 1965-67 para 1980-82
Suíça	0,2	0,0	0,3	0,3
Japão	1,6	1,3	2,2	0,9
Áustria	1,8	1,9	2,6	0,7
Noruega	1,8	1,6	2,1	0,5
Suécia	2,1	1,6	2,5	0,9
Alemanha Ocidental	2,2	0,6	4,5	3,9
Holanda	3,2	1,0	7,5	6,5
Finlândia	3,6	1,9	5,4	3,5
Austrália	3,7	1,7	6,2	4,5
França	3,8	1,7	7,2	5,5
Dinamarca	4,1	1,4	8,7	7,3
Grã-Bretanha	5,1	2,6	10,4	7,8
Bélgica	5,2	2,1	11,0	8,9
Espanha	5,4	2,4	13,7	11,3
Estados Unidos	5,7	3,9	8,0	4,1
Canadá	6,2	3,6	8,6	5,0
Irlanda	6,3	4,8	8,2	3,4
Itália	6,4	5,4	8,2	2,8

FONTES: LABOUR FORCE STATISTICS (1973, 1981), GOLDTHORPE (1984), p. 144.

(*) O desemprego é medido como a proporção entre desempregados e o total da força de trabalho.

TABELA 3
INFLAÇÃO EM DEZOITO NAÇÕES, 1965-82

	Variação Média Anual (%) dos Preços ao Consumidor		Incremento na Variação Média Anual (%) dos Preços ao Consumidor 1965-7 para 1980-2
	1965-7	1980-2	
Itália	3,5	19,1	15,6
Irlanda	3,4	18,6	15,2
França	2,7	12,9	10,2
Grã-Bretanha	3,7	12,8	9,1
Canadá	3,2	11,2	8,0
Noruega	4,0	11,9	7,9
Estados Unidos	2,5	10,0	7,5
Austrália	3,4	10,4	7,0
Suécia	5,2	11,5	6,3
Finlândia	4,8	11,0	6,2
Espanha	8,6	14,8	6,2
Dinamarca	6,7	11,4	4,7
Bélgica	3,7	7,6	3,9
Alemanha Ocidental	2,8	5,6	2,8
Áustria	3,7	6,2	2,5
Holanda	4,4	6,4	2,0
Suíça	4,0	5,4	1,4
Japão	5,2	5,2	0,0

FONTES: Idem Tabela 2, p. 149.

TABELA 4
BRASIL - MÉDIAS QÜINQUENAIS MÓVEIS

Ano	Inflação (1946-87)	PIB (1948-87)
46-50	11,6	-
47-51	9,5	-
48-52	11,5	7,04
49-53	14,0	6,06
50-54	16,7	6,76
51-55	16,7	6,84
52-56	19,2	6,28
53-57	18,0	6,16
54-58	18,7	7,20
55-59	21,5	6,30
56-60	25,1	6,86
57-61	29,8	8,28
58-62	38,7	7,72
59-63	50,1	6,48
60-64	60,5	5,94
61-65	61,3	4,54
62-66	59,6	3,24
63-67	54,2	3,14
64-68	43,0	5,08
65-69	28,6	6,50
66-70	25,6	7,72
67-71	21,8	9,22
68-72	20,1	10,68
69-73	18,1	11,24
70-74	20,9	11,04
71-75	23,0	10,32
72-76	28,3	10,02
73-77	32,9	8,52
74-78	38,0	6,68
75-79	46,5	6,32
76-80	62,7	7,10
77-81	72,4	4,48
78-82	84,6	3,74
79-83	118,7	2,28
80-84	148,0	1,98
81-85	173,0	1,82
82-86	166,9	4,12
83-87	212,7	4,64

FONTES: Inflação até 1980 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS [198?]
de 1981 a 1987 CONJUNTURA ECONÔMICA.
PIB de 1947 a 1987 CONJUNTURA ECONÔMICA.

NOTAS: PIB de 1947 a 1965: Base 100 = 1949,
de 1966 a 1970: Base 100 = 1970,
de 1971 a 1987: Base 100 = 1980.

GRÁFICO 1
 INFLAÇÃO - VARIAÇÃO % - 1946/1987
 MÉDIAS QUINQUÊNAIS MÓVEIS

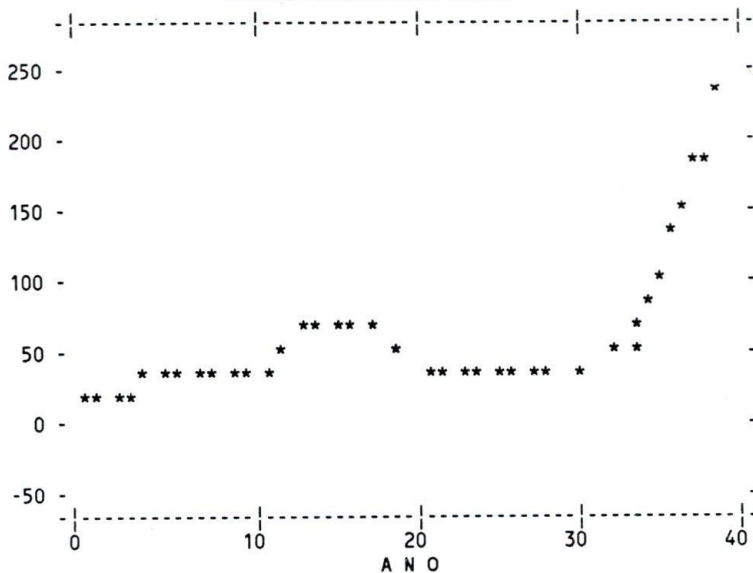
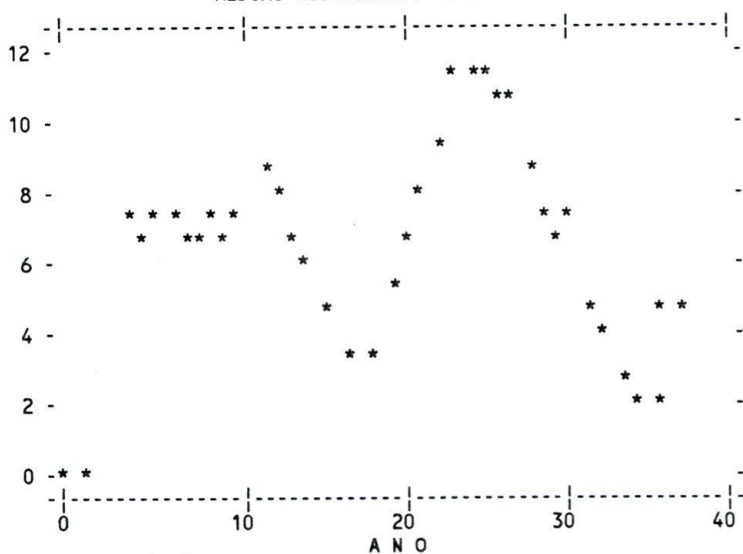


GRÁFICO 2
 PIB - VARIAÇÃO % - 1948/1987
 MÉDIAS QUINQUÊNAIS MÓVEIS



FONTE: Tabela 4.

BIBLIOGRAFIA

- BALOGH, Thomas. *The irrelevance of conventional economics*. London : Weidenfeld & Nicolson, 1982. p. 43.
- BEAUDRILLARD, Jean. *A l'ombre des majorités silencieuses ou la fin du social*. Paris : Imprimerie Quotidienne, 1978.
- BOLAND, Lawrence A. *The foundation of economic method*. London : George Allen & Unwin, 1982a. p. 72.
- . Rational expectations and theories of knowledge In: ---. *The foundation of economic method*. London : George Allen & Unwin, 1982b. cap. 4.
- BRITTAN, Samuel. The economic contradictions of democracy. *British Journal of Political Science*. Cambridge, v. 5, Apr. 1975.
- BUCHANAN, James. *Cost and choice : an inquiry in economic theory*. Chicago : The Univ. Chicago, 1978. p. 95.
- , BRENNAN, Geoffrey. *The reason of rules : constitutional political economy*. New York : Cambridge Univ. 1985. p. 19.
- CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism : economic methodology in the twentieth century*. London : George Allen & Unwin, 1982.
- CAMERON, David R. Social democracy, corporativism, labour quiescence, and the representation of economic interest in advanced capitalist society. In: GOLDTHORPE, John H. (ed.) *Order and conflict in contemporary capitalism : studies in the political economy of western european nations*. New York : Oxford Univ. 1984. p. 143-178.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : FGV, v. 25, n. 9, set. 1971; v. 33, n. 12, dez. 1979; v. 41, n. 5, maio. 1987; v. 42, n. 2, fev. 1988.
- CROUCH, Collin. Inflation and the political organization of economic interests. In: HIRSCH, Fred, GOLDTHORPE, John (eds.) *The political economy of inflation*. Cambridge : Harvard Univ., 1978.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York : Harper, 1957.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. *Índice de preços selecionados : variações anuais 1946-1980*. Rio de Janeiro : FGV, [198?].

- GOLDTHORPE, John. The current inflation : towards a sociological account. In: HIRSCH, Fred, GOLDTHORPE, John (eds.) *The political economy of inflation*. Cambridge : Harvard Univ., 1978.
- . (ed.) *Order and conflict in contemporary capitalism : studies in the political economy of western european nations*. Oxford : Claredon, 1984.
- . Problems of political economy after the postwar period. In: MEINER, Charles (ed.) *Changing boundaries of the political*. Cambridge : Univ., 1987.
- GREGORY, Chris. *Gifts and commodities*. New York : Academic Press, 1982.
- HARDIN, Russel. *Collective action*. Baltimore : The John Hopkins Univ., 1982.
- HAYEK, F. Economics and knowledge. In: ---. *Individualism and economic order*. Chicago : The Univ. of Chicago, 1948a.
- . The uses of knowledge in society. In: ---. *Individualism and economic order*. Chicago : The Univ. of Chicago, 1948b.
- HIBBS, Douglas, Jr. *The political economy of industrial democracy*. Cambridge : Harvard Univ., 1987.
- HICKS, John. *A theory of economic history*. New York : Oxford Univ., 1969.
- HOLLIS, Martin, NELL, Edward. *Rational economic man : a philosophical critique of neo-classical economics*. London : Cambridge Univ., 1975.
- HUGHES, Austin L. *Evolution and human kinship*. London : Oxford Univ., 1988.
- JAYNES, Julian. *The origin of consciousness in the breakdowns of the bicameral mind*. Boston : Houghton Mifflin, 1976.
- KHUN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago : The Univ. of Chicago, 1970.
- LABOUR FORCE STATISTICS, 1960/71, Paris : OECD, 1973.
- . 1968/79, Paris : OECD, 1981.
- MAIER, Charles. The politics of inflation in the twentieth century In: HIRSCH, Fred, GOLDTHORPE, John (eds.) *The political economy of inflation*. Cambridge : Harvard Univ., 1978. p. 37-72.

- MUELLER, Dennis (ed.) *The political economy of growth*. New Haven : Yale Univ., 1983.
- OLSON, Mancur, Jr. *The logic of collective action*. Cambridge : Harvard Univ., 1965.
- . *The rise and decline of nations*. New Haven : Yale Univ., 1982. cap. 3.
- PARIJS, Philippe van. *Evolutionary explanation in the social sciences : an emerging paradigm*. New Jersey : Rowman & Littlefield, 1981.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The dual logic of collective action*. [s.l.] : [s.n.] : [s.d.]. Trabalho apresentado no Seminário Micro-foundations of Democracy, promovido pelo Center for Ethics, Rationality and Society da Universidade de Chicago, de 29 de abril a 1º de maio de 1988.
- . Em defesa do “Laissez-Faire” (um argumento provisório). In: ---. *Paradoxos do liberalismo : teoria e história*. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988a. p. 11-34.
- . Modelos endógenos de decadência liberal. In: ---. *Paradoxos do liberalismo : teoria e história*. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988b. cap. 3, p. 77-109.
- . O século de Michels : competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. In: ---. *Paradoxos do liberalismo : teoria e história*. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988c.
- SCHOTT, Kerry. *Policy, power and order : the persistence of economic problems in capitalist states*. New Haven : Yale Univ., 1984.
- SEN, Amartya. *On ethics & economics : the royer lecture*. Oxford : Basil Blackwell, 1987.
- SOWELL, Thomas. *The role of knowledge*. In: ---. *Knowledge and decisions*. New York : Basic Books, 1980. cap.1.
- STIGLER, George. *The theory of economic regulation*. *The Bell Journal of Economics*, Washington, v. 2, n. 1, 1971.
- WILSON, James. *The politics of regulation*. In: McKIE, James (ed.) *Social responsibility and the business predicament*. Washington : The Brookings Institution, 1974.